

q u e s t ã o e s d e
D e m o c r a c i a

Artigo 18.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

**LIBERDADE RELIGIOSA
COMO
DIREITO HUMANO**

N O V E M B R O D E 2 0 0 1

VOLUME 6 NÚMERO 2

Liberdade Religiosa Como Direito Humano

"O direito à liberdade de religião é uma das bases da própria origem e existência dos Estados Unidos. Vários dos fundadores da nossa nação escaparam da perseguição religiosa em outros países, cultivando em suas mentes e orações o ideal da liberdade religiosa. Eles estabeleceram em lei, como direito fundamental e pilar da nossa nação, o direito à liberdade de religião. Do seu nascimento até hoje, os Estados Unidos valorizaram esse legado de liberdade religiosa e honraram essa herança ao defenderem essa liberdade e oferecerem refúgio aos que sofrem perseguição religiosa."

*Lei da Liberdade Religiosa Internacional
de 1998*

EM SEU PRONUNCIAMENTO de despedida à nação em 1789, George Washington lembrou aos seus concidadãos que a religião, bem como o governo, é parte do tecido da vida. "Religião e Moralidade são suportes indispensáveis", afirmou ele. "Em vão reivindica o tributo do Patriotismo o homem que trabalha para subverter esses grandes pilares da felicidade humana, os sustentáculos mais firmes das obrigações dos Homens e dos Cidadãos."

Washington observou que, ao lado do bom governo, deve também estar o direito das pessoas praticarem a fé que julgarem necessária para os "grandes pilares da felicidade humana".

Esta publicação eletrônica leva a premissa de Washington um passo à frente e analisa a liberdade religiosa como direito humano universal. De início, Tom Farr, diretor do Escritório de

Liberdade Religiosa do Departamento de Estado, explica como surgiu o relatório de liberdade religiosa internacional, publicado pelo seu escritório anualmente, e por quê ele é tão importante em um mundo onde vários países continuam a violar a liberdade religiosa dos seus povos.

Os Estados Unidos detêm antigo compromisso com a liberdade religiosa. Os fundadores dos Estados Unidos fizeram com que essa liberdade fosse a primeira liberdade da Constituição norte-americana. Seguindo essa tendência, a Lei da Liberdade Religiosa Internacional de 1998 obrigou os Estados Unidos a publicarem um relatório anual para chamar a atenção dos países que evitam que seus cidadãos possuam liberdade religiosa. Fornecemos o prefácio e a introdução do Relatório Anual de Liberdade Religiosa Internacional 2001, com um link para o Website do Departamento de Estado, que mantém o relatório.

Muitas pessoas em todo o mundo, incluindo norte-americanos, não conhecem a riqueza das religiões nos Estados Unidos hoje em dia. Mas a dra. Diana L. Eck, professora de Religião Comparativa e Estudos Indianos da Universidade de Harvard, estudou essa diversidade e demonstra como os Estados Unidos se tornaram a sociedade religiosamente mais diversa do mundo. Em trechos do seu recente livro, "A New Religious America" (Uma Nova América Religiosa), a dra. Eck explora as diversas culturas religiosas nos Estados Unidos e fala sobre como o Cristianismo, Islamismo, Judaísmo e uma série de outros credos coexistem.

Por fim, Derek H. Davis, diretor de Estudos entre Igreja e Estado da Universidade de Baylor, examina os quatro pilares da liberdade religiosa internacional: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base na Religião ou Fé; e o Documento Final de Viena. Ele também examina como devemos continuar a utilizar os tratados internacionais para ampliar a liberdade religiosa através da legislação, educação e a separação entre Igreja e Estado.

Questões de Democracia, Volume 6, Número 2, novembro de 2001

Índice

questões de Democracia

Novembro de 2001

6

RAÍZES DO RELATÓRIO SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA INTERNACIONAL

Tom Farr, diretor do Escritório de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado, explica as raízes e o que define a missão e propósito do Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional

10

RELATÓRIO SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA INTERNACIONAL

O Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001 do Departamento de Estado dos Estados Unidos descreve a situação da liberdade religiosa em cada país estrangeiro, incluindo qualquer violação e tendência de melhoria. Este capítulo apresenta o prefácio e a introdução do relatório.

14

NOVA AMÉRICA RELIGIOSA

Dra. Diana Eck, membro da Faculdade de Teologia da Universidade de Harvard, examina o novo cenário religioso nos Estados Unidos

20

A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA COMO DIREITO HUMANO UNIVERSAL

Derek Davis, diretor de estudos entre Igreja e Estado da Universidade de Baylor, discute os quatro pilares da liberdade religiosa internacional e como as obrigações de tratados internacionais poderão ser implementadas de forma mais completa.

25

BIBLIOGRAFIA

Artigos e livros sobre temas de liberdade religiosa.

27

SITES NA INTERNET

Sites na Internet que tratam de temas de liberdade religiosa.

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS
QUESTÕES DE DEMOCRACIA
LIBERDADE RELIGIOSA COMO DIREITO HUMANO
NOVEMBRO DE 2001

| | | | | | |
|---------------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| EDITOR CHEFE | Judith Siegel | EDITORES COLABORADORES | Estelle Baird | CORPO EDITORIAL | Judith Siegel |
| EDITOR GERENTE | Anthony W. Sariti | | Mona Esquetini | | Leonardo Williams |
| EDITOR CONSULTOR | Wayne Hall | | Stuart Gorin | | |
| EDITOR DE TEXTOS/INTERNET | Deborah M.S. Brown | | Charla Hatton | | |
| | | | John Jasik | | |
| | | | David Pitts | | |
| | | ESPECIALISTAS DE REFERÊNCIA | Anita Green | | |
| | | | Andrea McGlinchey | | |
| | | DIRETOR DE ARTE | Min Yao | | |
| | | ASSISTENTE GRÁFICO | Sylvia Scott | | |

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos oferece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos para audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas*, *Assuntos Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda da Política Externa dos EUA* e *Sociedade e Valores dos EUA* — fornecem declarações de políticas norte-americanas, juntamente com análises, comentários e informações básicas em suas áreas temáticas. • Todas as edições das publicações aparecem em versões em idioma inglês, francês, português e espanhol, com edições selecionadas também sendo publicadas em árabe e russo. As edições em língua inglesa aparecem em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas. • As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e contínua acessibilidade de sites na Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os responsáveis por tais sites. • Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que contenham restrições explícitas de direitos autorais sobre esse uso. Potenciais usuários de fotos com crédito são obrigados a obter a liberação de uso junto à fonte mencionada. • Edições atuais ou anteriores das publicações podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço <http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. Elas estão disponíveis em diversos formatos eletrônicos para facilitar a leitura online, transferência, download e impressão. • Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos (a/c Seção de Diplomacia Pública) ou aos escritórios editoriais: Editor, Questões de Democracia, Democracia e Direitos Humanos — IIP/T/DHR, U.S. Departamento de Estado dos Estados Unidos, 301 4th Street, S.W., Washington, D.C. 20547, Estados Unidos da América.

e-mail: ejdemos@pd.state.gov

Raízes do Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional

Por Tom Farr

O Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional foi publicado em 26 de outubro de 2001. Abaixo, o diretor do Escritório de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado, Tom Farr, que publica o relatório, expõe suas raízes e o que define sua missão e propósito. Além disso, Farr afirma que o relatório caracteriza a "liberdade religiosa como um dos direitos humanos fundamentais. Proteger essa liberdade significa proteger algo comum a todos os seres humanos".

PERGUNTA: *O que é a Lei da Liberdade Religiosa Internacional de 1998?*

FARR: O Congresso aprovou essa lei para promover a liberdade religiosa como objetivo da política externa dos Estados Unidos e combater a perseguição religiosa em todo o mundo. A lei identifica ampla série de ferramentas diplomáticas e econômicas que podem ser utilizadas para encorajar a liberdade de religião e a consciência em todo o mundo como direito humano fundamental. As mais importantes dessas ferramentas são o Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional e a atuação direta norte-americana (através do Escritório de Liberdade Religiosa Internacional) junto a governos estrangeiros. A lei também busca promover a assistência norte-americana às democracias recém-formadas na implementação da liberdade de religião e consciência.

P: *O que é o Escritório de Liberdade Religiosa Internacional e qual é sua missão?*

FARR: O Escritório de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos foi criado pela Secretaria de Estado no verão de 1998, implementando uma recomendação do Conselho Consultor sobre Liberdade Religiosa da Secretaria. O Escritório foi posteriormente regulamentado pelo Ato da Liberdade Religiosa Internacional e é chefiado por um embaixador geral. O Escritório é responsável pela emissão de um Relatório Anual sobre a situação da liberdade e perseguição religiosa em todos os países estrangeiros em setembro de cada ano. Com base no relatório, o Departamento de Estado designa "países de preocupação específica" por suas violações "sistemáticas, contínuas e rudes" da liberdade religiosa. O relatório tornou-se o compêndio padrão sobre a situação da liberdade religiosa em todo o mundo.

P: *Como o Escritório de Liberdade Religiosa Internacional conduz sua missão?*

FARR: O escritório conduz sua missão através do monitoramento diário da perseguição e discriminação religiosa em todo o mundo. O embaixador e os funcionários do escritório viajam diretamente aos países onde existem problemas e defendem, junto aos governos locais, aqueles que são vítimas da perseguição e discriminação. Ao fazê-lo, o escritório elabora os padrões internacionais de liberdade religiosa.

O escritório também se concentra na situação da liberdade religiosa em todo o mundo, através do Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional. As nações designadas pelo secretário de Estado (sob autoridade delegada pelo presidente) como "países de preocupação específica" são sujeitas a ações, incluindo sanções econômicas, pelos Estados Unidos.

A missão também é conduzida através de declarações ao Congresso norte-americano e financiamento de programas de reconciliação em disputas, que dividem os grupos em linhas de identidade religiosa. O objetivo principal não é o de punir países específicos, mas de promover a liberdade religiosa.

P: *De que forma o Escritório de Liberdade Religiosa Internacional difere da Comissão Norte-Americana sobre Liberdade Religiosa Internacional?*

FARR: A Comissão sobre Liberdade Religiosa Internacional foi criada pela Lei da Liberdade Religiosa Internacional de 1998 como fonte separada e independente de recomendações políticas sobre liberdade religiosa para o presidente, secretário de Estado e o Congresso. A Comissão emite seu próprio relatório, que se concentra em alguns países e (ao contrário do Relatório Anual do Departamento de Estado) faz recomendações para ações pelos Estados Unidos. A Comissão é um organismo totalmente separado do Escritório de Liberdade Religiosa Internacional e do Departamento de Estado. A comissão possui apenas autoridade consultiva e de monitoramento, incluindo a autoridade de promover audiências, ao contrário do escritório executivo no Departamento de Estado, que detém autoridade para agir. A Comissão é composta de três membros escolhidos pelo presidente, quatro pelos líderes do partido no Congresso que não esteja na Casa Branca e dois pelos líderes do partido do presidente no Congresso.

P: *Quais são as raízes da preocupação norte-americana com a liberdade religiosa?*

FARR: A liberdade religiosa sempre esteve no

centro da vida e da política pública norte-americana. É a primeira das liberdades enumeradas no "Bill of Rights", as primeiras dez Emendas da Constituição norte-americana. A lei foi promulgada em 1998 após um período em que a percepção da liberdade religiosa como direito humano universal havia crescido enormemente. A liberdade religiosa foi incorporada (Artigo 18) na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, adotada em 1948, e em uma série de outras convenções internacionais pós-Guerra. Além disso, durante as décadas de 80 e 90 especificamente, indivíduos e organizações religiosas fizeram "lobby" para concentrar a política externa norte-americana na perseguição religiosa no exterior em um âmbito mais amplo do que até então. Mas a principal causa é a paixão dos Estados Unidos pela liberdade religiosa (não a promoção de uma religião específica, mas a convicção de que cada ser humano possui, em virtude da sua própria existência, o direito inviolável de buscar a verdade religiosa e praticar a religião). Esse direito não é concedido pelo Estado, mas sim existia antes dos governos e da sociedade.

P: *O Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional foi emitido pela primeira vez pelo Departamento de Estado em setembro de 1999. Qual foi a reação geral ao relatório?*

FARR: Os governos que são criticados nos relatórios reagiram negativamente, o que não é surpreendente. Alguns deles argumentam que os relatórios representam uma forma de "imperialismo cultural" dos Estados Unidos, que não têm o direito de impor suas normas morais sobre os outros. Nossa resposta é que estamos medindo o comportamento com base em normas internacionalmente aceitas, tais como o Artigo 18 da Convenção Internacional sobre Direitos

Civis e Políticos, que garante a liberdade religiosa e com a qual a maior parte das nações do mundo se comprometeu.

Outros governos elogiaram privadamente os relatórios e os utilizam. A maior parte das ONGs, grupos de direitos humanos e organizações religiosas elogiaram os relatórios como referência padrão sobre a situação da liberdade religiosa em todo o mundo.

P: *O que os Estados Unidos esperam conseguir com o Relatório Anual?*

FARR: Nosso objetivo é dizer a verdade sobre a situação da liberdade religiosa em todo o mundo, com objetividade e integridade. O relatório não apresenta recomendações políticas; ao contrário, serve de base factual para os elaboradores políticos. Como tal, ele é amplamente reconhecido como relatório eficaz.

P: *Como os relatórios são preparados e de que forma evoluíram? Especificamente, quais mudanças são refletidas no relatório deste ano?*

FARR: Os primeiros rascunhos de capítulos de países são feitos pelas embaixadas norte-americanas no exterior. Os rascunhos são então refinados entre os diversos escritórios do Departamento de Estado envolvidos. As mudanças mais significativas nos relatórios vieram no ano passado, quando os países foram reorganizados para torná-los mais acessíveis aos usuários.

P: *Na sua opinião, qual é o relacionamento entre liberdade religiosa e direitos humanos em geral e entre liberdade religiosa e democracia?*

FARR: A liberdade religiosa é um dos direitos humanos fundamentais. Proteger essa liberdade significa proteger algo comum a todos os seres

humanos: a santidade da consciência em termos de verdade final, cultos, rituais e códigos de comportamento. Este direito não foi criado pelos governos, mas existe desde antes dos governos e das sociedades. Como resume a UDHR, "todos os homens têm direito à dignidade e à consciência".

Nenhum governo que deixe de proteger a liberdade de religião e a consciência estará propenso a valorizar os outros direitos fundamentais, tais como a liberdade contra prisão arbitrária ou tortura. Da mesma forma, a eleição da liberdade religiosa é um sinal de democracia saudável, que valoriza não apenas a liberdade de consciência, mas os outros direitos necessários para a liberdade religiosa, tais como a liberdade de expressão e de reunião.

Também é verdade, como enfatiza a Iniciativa Religiosa do presidente, que a liberdade religiosa facilita os bons trabalhos das pessoas religiosas (trabalhos que contribuem com a sociedade civil), tais como a assistência aos idosos, manutenção de escolas e hospitais e o estabelecimento de famílias fortes.

P: *Os Estados Unidos emitem um relatório anual sobre direitos humanos. Por que ter um relatório separado sobre um direito humano específico, nomeadamente liberdade religiosa? Os Estados Unidos consideram este direito humano mais importante que os demais?*

FARR: Não. A liberdade religiosa é fundamental por apoiar os demais direitos fundamentais. Ela está intrinsecamente vinculada, por exemplo, à liberdade de expressão e de reunião.

P: *Como o sr. responde à acusação de que o Relatório Anual representa interferência nos assuntos internos de outros países?*

FARR: O padrão que aplicamos em nossa política de promoção da liberdade religiosa (que inclui a emissão do Relatório Anual) é um padrão internacional, aceito por virtualmente todas as nações do mundo. A idéia de que a liberdade religiosa é inviolável e inalienável não é invenção norte-americana; ela se reflete em instrumentos internacionais, tais como a Declaração Universal e a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

P: *Os Estados Unidos parecem deter visão muito ampla da liberdade religiosa em comparação com muitos outros países. Como o sr. definiria a liberdade religiosa?*

FARR: A liberdade religiosa é o direito de todo ser humano, toda região ou cultura, de seguir as ordens da sua consciência em termos de verdade fundamental, culto e moralidade, dentro dos limites estabelecidos pelas normas internacionais (tais como limites legais para proteger a saúde ou segurança pública). Isso inclui o direito de, seja individualmente ou em comunidade com os outros, em público ou de forma privada, manifestar uma religião ou crença em culto, observação, prática e ensinamento.

Esta não é uma definição norte-americana. Ela vem do Artigo 18 da Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Ao defender essa política, não estamos impondo o "modo norte-americano" sobre outras culturas. Estamos cumprindo com nossas responsabilidades para com a comunidade internacional da qual fazemos parte.

Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional

O Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou recentemente o Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001, que é parte vital da política de direitos humanos dos Estados Unidos. Ele descreve a situação da liberdade religiosa em cada país estrangeiro, incluindo quaisquer violações e tendências de melhoria. O propósito do relatório é avançar a política norte-americana de promoção da liberdade religiosa internacionalmente com base em duas tradições: a história e o compromisso do povo norte-americano e os padrões estabelecidos pela comunidade internacional. Encontram-se abaixo o prefácio e a introdução do relatório. Para ler o relatório completo, favor visitar:

<http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2001/>

PREFÁCIO

Em agosto de 1993, a Secretaria de Estado tomou ações para fortalecer ainda mais os esforços de direitos humanos das nossas embaixadas. Solicitou-se que todas as seções em cada embaixada contribuíssem com informações e confirmassem relatórios sobre violações dos direitos humanos, com novos esforços sendo tomados para relacionar a programação de missões com o avanço dos direitos humanos e da democracia. Em 1994, o Escritório de Direitos Humanos e Assuntos Humanitários foi reorganizado e rebatizado como Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, o que reflete varredura mais ampla e abordagem mais concentrada das questões interligadas de direitos humanos, direitos dos trabalhadores e democracia. Em 1998, a Secretaria de Estado criou o Escritório de Liberdade Religiosa Internacional; em maio de 1999, Robert A. Seiple tomou posse como primeiro embaixador-geral de Liberdade Reli-

giosa Internacional. O cargo está vago desde a saída do embaixador Seiple em setembro de 2000.

O relatório de 2001 cobre o período de 1º de julho de 2000 a 30 de junho de 2001 e reflete um ano de esforços dedicados de centenas de funcionários do Departamento de Estado, do Serviço Diplomático e outros funcionários do governo dos Estados Unidos. Nossas embaixadas, que prepararam os rascunhos iniciais dos relatórios, reuniram informações ao longo de todo esse período junto a uma série de fontes, incluindo autoridades governamentais e religiosas, organizações não-governamentais, jornalistas, monitores dos direitos humanos, grupos religiosos e acadêmicos. Essa coleta de informações pode ser perigosa e as Autoridades dos Serviços Diplomáticos dos Estados Unidos viajam regularmente grandes distâncias para, sob condições difíceis e às vezes perigosas, investigar relatórios de abusos dos direitos humanos, monitorar eleições e oferecer auxílio a indivíduos em perigo devido às suas crenças religiosas.

Após as embaixadas completarem seus rascunhos, os textos foram enviados a Washington para análise cuidadosa pelo Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho e seus Escritórios de Liberdade Religiosa Internacional, Relatórios de Países e Questões de Asilo e Assuntos Bilaterais, em cooperação com outros escritórios do Departamento de Estado. À medida que trabalhavam para confirmar, analisar e editar os relatórios, as autoridades do Departamento utilizavam-se de suas próprias fontes de informações. Estas incluíram relatórios fornecidos por grupos de direitos humanos dos Estados Unidos e outros, autoridades de governos estrangeiros, representantes das Nações Unidas e de outras organizações

regionais e internacionais e especialistas acadêmicos e dos meios de comunicação. As autoridades também se consultaram com especialistas em discriminação e perseguição religiosa de todas as crenças e especialistas em questões legais. O princípio orientador era o de assegurar que todas as informações relevantes fossem determinadas da forma mais objetiva, completa e imparcial possível.

O relatório será utilizado como recurso para modelar a política, conduzir a diplomacia e prestar assistência, treinamento e outras alocações de recursos. Conforme determinado pela IRFA, ele também será utilizado como base para decisões sobre a determinação de países que se dedicaram a "violações particularmente severas" de liberdade religiosa ou as toleraram. Países envolvidos nestas e em outras violações de acordo com a IRFA não são identificados como tal neste relatório, mas foram e serão engajados de forma independente pelo governo dos Estados Unidos. O relatório também servirá de base para a cooperação do governo dos Estados Unidos com grupos privados para promover a observação do direito internacionalmente reconhecido de liberdade religiosa.

INTRODUÇÃO

"Não é por acaso que a liberdade de religião é uma das liberdades centrais no nosso 'Bill of Rights'. É a primeira liberdade da alma humana; o direito de falar as palavras que Deus coloca em nossas bocas. Devemos defender essa liberdade em nosso país. Devemos defender essa liberdade no mundo."

Presidente George W. Bush

A Lei da Liberdade Religiosa Internacional de 1998 exige que a Secretaria de Estado, assistida pelo embaixador geral para Liberdade Religiosa Internacional, publique um Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional todo mês de setembro. Os Relatórios Anuais devem incluir uma descrição da situação da liberdade religiosa em cada país estrangeiro, incluindo qualquer violação de liberdade religiosa e qualquer tendência de melhoria, bem como um Resumo Executivo.

O propósito desses relatórios é o de fazer avançar a política norte-americana de promoção internacional da liberdade religiosa; defender essa liberdade no mundo. A política norte-americana baseia-se profundamente em duas tradições: a história e o comprometimento do povo norte-americano e os padrões estabelecidos pela comunidade internacional. Essas duas tradições não apenas são consistentes, mas também apóiam-se mutuamente.

Compromisso Norte-Americano com a Liberdade Religiosa

Os Estados Unidos detêm compromisso duradouro com a liberdade religiosa. Os fundadores dos Estados Unidos fizeram da liberdade religiosa a primeira liberdade da Constituição (concedendo lugar de destaque dentre as liberdades enumeradas no "Bill of Rights"), por acreditarem que a garantia do direito de busca das verdades transcendentais e do propósito final da espécie humana era um componente fundamental de uma democracia duradoura.

Os Fundadores acreditavam na universalidade da dignidade humana; que todos os seres humanos recebem do Criador certos direitos

que são seus em virtude da sua existência. Esses direitos eram inalienáveis, por compreender-se que existiam antes das sociedades e dos governos e não foram concedidos por nenhum deles.

O compromisso com a dignidade universal e inviolável da pessoa humana encontra-se no centro da política de direitos humanos dos Estados Unidos no exterior, incluindo a política de defesa da liberdade religiosa. Os governos que protegem a liberdade religiosa para todos os seus cidadãos estão mais dispostos a proteger os outros direitos humanos fundamentais. O incentivo a democracias estáveis e saudáveis é interesse nacional vital dos Estados Unidos. A difusão da democracia gera bons vizinhos, prosperidade econômica, aumento do comércio e redução dos conflitos.

A Norma Internacional de Liberdade Religiosa

A liberdade de religião e de consciência é um dos direitos fundamentais no sistema pós-Guerra de instrumentos de direitos humanos. A partir do Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade religiosa também é garantida na Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, nos Acordos de Helsinque, na Convenção Européia para a Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais e na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base na Religião ou Crença.

A crença de que os direitos humanos fundamentais não são criados pelos governos, mas sim existem antes deles, é refletida também nos instrumentos internacionais. De acordo com a

Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (texto básico para a defesa dos direitos humanos), "toda pessoa nasce livre e igual em dignidade e direitos" e "é dotada de razão e consciência".

Nos últimos anos, aumentou o compromisso internacional com a liberdade religiosa. Em 1986, por exemplo, a Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos criou o escritório do Relator Especial de Liberdade sobre Intolerância Religiosa, agora Relator Especial sobre Liberdade de Religião ou Crença. Desde a sua nomeação em 1993, o Relator Especial Abdelfattah Amor emitiu relatórios sobre diversos países, que incluem o Sudão, a República Federal da Iugoslávia, Paquistão, Irã, Vietnã, Índia, Austrália, Grécia, Alemanha e os Estados Unidos. Seu trabalho fornece evidências substanciais e contínuas do compromisso da comunidade internacional com a promoção da liberdade religiosa.

O Departamento de Estado apresenta este terceiro Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional (2001) por ser parte vital da política de direitos humanos dos Estados Unidos, por promover os interesses dos Estados Unidos e devido ao nosso compromisso permanente com o padrão internacional de liberdade religiosa. O relatório pode ser encontrado no endereço:

<http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2001/>

Nova América Religiosa

Dra. Diana L. Eck

Um dos princípios básicos dos Estados Unidos é a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Os pais fundadores consideraram o ideal tão importante que ele foi incorporado ao "Bill of Rights" como a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Na época em que a República foi fundada, mais de dois séculos atrás, a esmagadora maioria dos norte-americanos era de cristãos. Desde aquele tempo, entretanto, como documenta a dra. Diana Eck em seu recente livro, "A New Religious America" (Uma Nova América Religiosa), os Estados Unidos tornaram-se a sociedade religiosamente mais diversa do mundo, especialmente durante as últimas três décadas.

(A dra. Eck é professora de Religião Comparativa e Estudos Indianos na Faculdade de Artes e Ciências e membro da Faculdade de Teologia da Universidade de Harvard. Encontra-se a seguir trechos da introdução do seu livro.)

A ENORME CÚPULA branca de uma mesquita com seus minaretes eleva-se dos campos de milho nos arredores de Toledo, em Ohio. Pode-se observá-la quando se toma a autoestrada interestadual. Um grande templo hindu com elefantes esculpidos na porta principal ergue-se sobre a encosta de um morro nos subúrbios ocidentais de Nashville, no Tennessee. Um templo e monastério budista cambiano com teto com traços do sudeste asiático foi construído na zona rural ao sul de Mineápolis, em Minnesota. Nos subúrbios de Fremont, na Califórnia, bandeiras tremulam das cúpulas douradas de um novo templo sikh em Hillside Terrace, agora rebatizado de Gurdwara Road. O cenário religioso dos Estados Unidos mudou radicalmente nos últimos trinta anos, mas em nossa maioria ainda não começamos a observar as dimensões e o escopo dessas mudanças, de

Do livro A NEW RELIGIOUS AMERICA (Uma Nova América Religiosa) de Diana L. Eck, publicado por HarperSanFrancisco, divisão da HarperCollinsPublishers, Inc. Copyright © 2001 Diana L. Eck. Todos os direitos reservados.



Diana L. Eck

tão gradual tem sido, ainda que tão colossal. Ela começou com a "nova imigração", estimulada pela Lei da Imigração e Naturalização de 1965, quando pessoas de todo o mundo vieram para os Estados Unidos e tornaram-se cidadãos locais. Com eles, vieram as tradições religiosas do mundo (islâmica, hindu, budista, jaina, sikh, zoroastriana, africana e afro-caribenha). Os povos dessas tradições vivas de fé levaram para suas vizinhanças nos Estados Unidos, primeiramente como tentativa, seus altares e salas de oração instalando-os nas lojas, edifícios comerciais, porões e garagens, salas de recreação e armários, quase invisíveis para o resto de nós. Mas, na última década, começamos a observar sua presença visível. Nem todos nós vimos a mesquita de Toledo ou o templo de Nashville, mas veremos lugares como esses se mantivermos os olhos abertos, mesmo em nossas próprias comunidades. Eles são os sinais arquitetônicos de uma nova América religiosa.

Surpreendemo-nos ao descobrir que existem mais muçulmanos americanos que episcopais, mais muçulmanos que membros da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e o mesmo

número de muçulmanos e judeus; ou seja, cerca de seis milhões. Nos surpreendemos ao observar que Los Angeles é a mais complexa cidade budista do mundo, com população budista equivalente a toda a faixa do mundo budista asiático do Sri Lanka até a Coreia, juntamente com uma série de budistas norte-americanos nativos. Em todo o país, o espectro total de budistas pode somar cerca de quatro milhões. Sabemos que muitos dos nossos médicos residentes, cirurgiões e enfermeiras são de origem indiana, mas não paramos para considerar que eles também têm uma vida religiosa, que eles podem parar pela manhã para alguns minutos de oração em um altar nos seus quartos em casa e que podem trazer frutas e flores para o templo Shiva-Vishnu local no fim de semana e fazer parte de uma diversa população hindu de mais de um milhão de pessoas. Estamos cientes da imigração latina do México e da América Central e da grande população de fala hispânica das nossas cidades. Ainda podemos não reconhecer o profundo impacto que isso tem sobre o cristianismo norte-americano, tanto católico como protestante, dos cânticos às festividades.

Os historiadores nos dizem que os Estados Unidos sempre foram uma terra de muitas religiões e isso é verdade. Um pluralismo vasto e texturizado sempre esteve presente no modo de vida dos povos nativos, mesmo antes dos colonizadores europeus chegarem a estes portos. A ampla variedade das práticas religiosas nativas continua até hoje, dos Piscataway de Maryland até os Blackfeet de Montana. Os povos que vieram da Europa através do Atlântico também tinham diversas tradições religiosas: católicos franceses e espanhóis, anglicanos e quacres britânicos, judeus e cristãos reformistas holandeses. Como podemos ver, essa diversidade

ampliou-se ao longo de 300 anos de colonização. Muitos dos africanos trazidos a estes portos com o tráfico de escravos eram muçulmanos. Os chineses e japoneses que vieram buscar a sorte nas minas e campos do oeste trouxeram com eles uma mescla de tradições budistas, taoístas e confucianas. Os judeus do leste europeu e os católicos irlandeses e italianos também chegaram à força no século XIX. Tanto imigrantes cristãos como muçulmanos vieram do Oriente Médio. Punjabis do noroeste da Índia chegaram na primeira década do século XX. A maioria deles era de sikhs que se estabeleceram nos vales Central e Imperial da Califórnia, construíram seus primeiros templos nos Estados Unidos e casaram-se com mulheres mexicanas, criando uma rica cultura sikh-hispânica. As histórias de todos esses povos são parte importante da história da imigração norte-americana.

Os imigrantes das últimas três décadas, entretanto, expandiram dramática e exponencialmente a diversidade da nossa vida religiosa. Os budistas vieram da Tailândia, Vietnã, Camboja, China e Coreia; os hindus, da Índia, leste africano e Trinidad; os muçulmanos, da Indonésia, Bangladesh, Paquistão, Oriente Médio e Nigéria; sikhs e jainas da Índia; e zoroastrianos da Índia e do Irã. Os imigrantes do Haiti e de Cuba trouxeram tradições afro-caribenhas, misturando símbolos e imagens católicas e africanas. Novos imigrantes judeus vieram da Rússia e da Ucrânia e a diversidade do judaísmo norte-americano é maior do que nunca. A face do cristianismo norte-americano também mudou com grandes comunidades católicas latinas, filipinas e vietnamitas; comunidades pentecostais chinesas, haitianas e brasileiras; presbiterianos coreanos, Mar

Thomas da Índia e coptas egípcios. Em todas as cidades, quadros de avisos nas igrejas locais exibem as horas de reuniões de congregações coreanas ou latinas que se reúnem entre as paredes de velhas igrejas católicas e protestantes urbanas.

Nos últimos trinta anos, movimentos em massa de pessoas, tanto migrantes como refugiados, remodelaram a demografia do nosso planeta. Os imigrantes em todo o mundo somam mais de 130 milhões de pessoas, com cerca de trinta milhões nos Estados Unidos e um milhão chegando a cada ano. A imagem global dinâmica dos nossos tempos não é o chamado choque de civilizações, mas a diversificação de povos e civilizações. Da mesma forma que o fim da Guerra Fria gerou uma nova situação geopolítica, os movimentos globais de pessoas trouxeram uma nova realidade geo-religiosa. Hindus, sikhs e muçulmanos são agora parte do cenário religioso da Grã-Bretanha; mesquitas surgem em Paris e Lyon, templos budistas em Toronto e templos sikhs em Vancouver. Mas em nenhum lugar, mesmo no mundo atual de migrações em massa, a variedade completa de fé religiosa é tão ampla como o é hoje nos Estados Unidos. Acrescente-se à ampla variedade de religiões da Índia as da China, América Latina e África. Tome-se a diversidade da Grã-Bretanha e do Canadá e adicione à crescente imigração latina, juntamente com os vietnamitas, cambojanos e filipinos. É uma realidade nova e surpreendente. Nunca a vivemos antes.

A nova era de imigração é diferente das eras anteriores, não apenas em magnitude e complexidade, mas também em sua própria dinâmica. Muitos dos migrantes que vieram para os Estados Unidos mantêm hoje fortes laços com suas pátrias, unidos por redes de

comunicações transnacionais e de viagens, emails e fax, linhas telefônicas via satélite e redes de televisão a cabo. Eles conseguem viver aqui e lá ao mesmo tempo, de todas as formas que as modernas comunicações e telecomunicações possibilitaram. Qual será a nova visão dos Estados Unidos à medida que os cidadãos, novos e velhos, abraçam toda essa diversidade? As questões que surgem hoje do encontro de pessoas de tradições religiosas e culturais tão diferentes vão até o fundo do que consideramos o povo. Estas não são questões triviais, pois elas nos forçam a perguntar de uma ou outra forma: o que queremos dizer quando invocamos as primeiras palavras da nossa Constituição, "nós, o povo dos Estados Unidos da América"? O que queremos dizer quando dizemos "nós"? Este é um desafio de cidadania, com certeza, por envolver a comunidade imaginada da qual nos consideramos parte. É também um desafio de fé, já que pessoas de todas as tradições religiosas vivem atualmente com comunidades de fé diferentes das suas, não apenas em todo o mundo mas também do outro lado da rua.

"Nós, o povo dos Estados Unidos" formamos agora a nação mais abundantemente religiosa do mundo. Para onde vamos, então? Não se preocupar ou ignorar vizinhos muçulmanos ou budistas do outro lado do mundo é uma coisa mas, quando os budistas são nossos vizinhos da porta ao lado, nossas crianças são os melhores amigos de colegas muçulmanos, quando um hindu concorre a um cargo no comitê escolar, todos nós temos novos e vastos interesses pelos nossos vizinhos, como cidadãos e como pessoas de fé.

À medida que surge o novo século, nós, norte-americanos, temos o desafio de fazer o bem na promessa de liberdade religiosa, tão

básica para a própria idéia e imagem dos Estados Unidos. A liberdade religiosa sempre fez surgir a diversidade religiosa e nunca nossa diversidade foi tão dramática quanto hoje em dia. Isso nos exigirá reivindicar o significado mais profundo dos próprios princípios que compartilhamos e criar uma sociedade norte-americana verdadeiramente pluralista, em que essa grande diversidade não seja simplesmente tolerada, mas torne-se a própria fonte da nossa força. Mas, para fazê-lo, todos nós precisamos saber mais sobre cada um de nós e ouvir as novas formas em que os novos norte-americanos articulam a palavra "nós" e contribuem para o bem-estar e o espírito dos Estados Unidos.

Os elaboradores da Constituição e do "Bill of Rights" possivelmente poderão não ter previsto o escopo de diversidade religiosa nos Estados Unidos no início do século XXI. Ao escreverem as palavras da Primeira Emenda, "o Congresso não promulgará lei com respeito ao estabelecimento de religião ou proibindo seu livre exercício", inquestionavelmente eles não tinham em mente a tradição budista ou santeiria. Mas os princípios articulados (o "não estabelecimento" de religião e o "livre exercício" da religião) forneceram um leme vigoroso ao longo dos últimos dois séculos, à medida que se expandia nossa diversidade religiosa. Afinal, a liberdade religiosa é a fonte da diversidade religiosa. Ambas caminham inextricavelmente juntas. Passo a passo, estamos começando a reivindicar e afirmar o que os elaboradores da Constituição não imaginavam, mas nos equiparam para abraçar.

A religião nunca é um produto acabado, embalado, entregue e aprovado intacto de geração a geração. Existem alguns em toda tradição religiosa que pensam na sua religião dessa

forma, insistindo que ela está totalmente contida nos textos sagrados, doutrinas e rituais que eles próprio conhecem e cultivam. Mas mesmo a viagem mais modesta através da história prova que eles estão errados. Nossas tradições religiosas são dinâmicas e não estáticas, mutantes e não fixas, mais similares a rios e não a monumentos. A história da religião é um processo contínuo. Os Estados Unidos são hoje um lugar excitante para o estudo da história dinâmica das fés existentes, à medida que o budismo torna-se uma religião tipicamente norte-americana e cristãos e judeus encontram budistas e articulam sua fé renovada à luz desse encontro ou talvez acabem por entender-se parte de ambas as tradições. Mesmo os humanistas, secularistas e ateus necessitam repensar suas visões de mundo no contexto de uma realidade religiosa mais complexa. Com hindus multiteístas e budistas não-teístas no quadro, os ateus necessitam ser mais específicos sobre qual tipo de "deus" em que eles não acreditam.

Da mesma forma que nossas tradições religiosas são dinâmicas, assim é a própria idéia dos Estados Unidos. O slogan da República, "Et Pluribus Unum" (de muitos, um), não é um fato atingido, mas um ideal que os norte-americanos devem continuar a reivindicar. A história dos muitos povos norte-americanos e da criação de uma nação é uma história por terminar, em que os ideais articulados na Declaração de Independência e na Constituição são continuamente trazidos à baila. Nossa pluralidade é mais surpreendente que nunca; nossas raças e faces, nosso jazz e a música gawwali, nossos tambores haitianos e tablas bengalis, nosso "hip-hop" e danças bhangra, nossos mariachis e gamelans, nossos minaretes islâmicos e torres de templos hindus, nossos pináculos de templos mórmons e

cúpulas douradas de templos sikhs. Em meio a essa pluralidade, a expressão da nossa unidade exigirá muitas vozes novas, cada qual contribuindo da sua própria forma, como as vozes dos sikhs, que defenderão a "verdade auto-evidente" da equidade humana não apenas porque está escrita na Declaração de Independência, mas também porque é parte dos ensinamentos de Guru Nanak e um princípio da sua fé como sikhs. Ouvir novas formas de expressão do ideal norte-americano é o desafio que enfrentamos hoje.

À medida que iniciamos um novo milênio, os norte-americanos estão em processo de descoberta de quais dentre "nós" são novos. Cada parte do quadro composto de uma nova América religiosa pode parecer pequena, mas cada uma contribui para um novo auto-retrato dos Estados Unidos. Uma palavra pode assinalar uma mudança de consciência. À medida que os muçulmanos tornam-se mais numerosos e visíveis na sociedade norte-americana, por exemplo, autoridades públicas começaram a deixar de falar em "igrejas e sinagogas" em favor de "igrejas, sinagogas e mesquitas". A observação anual do mês muçulmano de jejum do Ramadã recebe agora aviso público e torna-se ocasião para retratos dos vizinhos muçulmanos no "Dallas Morning News" ou no "Minneapolis Star Tribune". Os desjejuns denominados "iftar" ao final de cada dia tornaram-se momentos de reconhecimento. No final da década de 1990, houve observação de iftar pelos funcionários muçulmanos do Capitólio, Pentágono e Departamento de Estado. Em 1996, a Casa Branca realizou a primeira observação da celebração de Eid al-Fitr ao final do mês de Ramadã, prática que prosseguiu. No mesmo ano, também a Marinha norte-ameri-

cana ordenou a nomeação do seu primeiro capelão muçulmano, o lugar-tenente M. Malak Abd al-Muta' Ali Noel e, em 1998, foi aberta a primeira mesquita da Marinha norte-americana na Base Naval de Norfolk, na Virgínia, onde o lugar-tenente Noel foi instalado. Quando 50 marinheiros presenciam as orações da sexta-feira nessa instalação, eles sinalizam a todos nós uma nova era da vida religiosa norte-americana.

Os hindus também começaram a assinalar sua presença nos Estados Unidos. Em 14 de setembro de 2000, por exemplo, Shri Venkatchalpathi Samudrala, sacerdote do Templo Shiva Vishnu do Grande Cleveland em Parma, Ohio, abriu uma sessão da Assembléia Legislativa dos Estados Unidos com a oração diária do capelão. Ele orou em hindi e inglês, fechando com um hino em sânscrito, todos registrados no Website do templo. A ocasião era a visita do primeiro-ministro da Índia aos Estados Unidos, mas a mensagem mais ampla era claramente que Ohio também tem seus hindus, como todos os Estados da União. Como norte-americanos, necessitamos observar esses sinais de uma nova América religiosa e começar a pensar novamente sobre nós em relação a eles.

O florescente movimento inter-religioso dos Estados Unidos nos oferece outro conjunto de sinais sobre o que está acontecendo atualmente nos Estados Unidos à medida que povos de diferentes tradições religiosas cooperam de formas concretas. Um exemplo é de interesse por haver sido conduzido por budistas. Na primavera de 1998, do ofuscantemente branco Pagode da Paz, construído no topo de um morro de mármore na área rural de Leverett, em Massachusetts, uma comunidade de peregrinos budistas lançou a Peregrinação Inter-religiosa

da Passagem Central. Reunindo "peregrinos" de todas as raças e religiões, eles andaram 24 a 32 km por dia por sete meses, visitando locais associados com a escravidão em toda a costa, de Bóston a Nova Orleans. A partir dali, alguns deles continuaram a viagem pelo mar até a costa oeste da África. A comunidade budista que patrocinava a caminhada, um grupo denominado Nipponzan Myohoji era de tamanho pequeno mas, como os quacres, esse grupo estende sua liderança para muito além dos seus números. Não foi a primeira vez que esse grupo caminhou em busca da harmonia racial e religiosa. Ele também viajou de Auschwitz para Hiroshima, para lembrar o mundo das atrocidades dos campos de concentração e da bomba atômica. Em nível local, todos os anos esse grupo caminha por três dias do seu pagode no alto do morro até o centro da cidade de Springfield, em Massachusetts, para observar o "dez de junho", celebração anual da libertação dos negros da escravatura. Em todos os casos, os membros caminham para nos relembrar dos nossos compromissos mais profundos.

Prever os novos Estados Unidos no século XXI requer um salto imaginativo. Isso significa observar o cenário religioso dos Estados Unidos, de um oceano ao outro, em toda a sua bela complexidade.

A Evolução da Liberdade Religiosa como Direito Humano Universal

Derek H. Davis

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial, especificamente, a idéia de liberdade religiosa evoluiu até um direito humano internacional que todas as nações do mundo são obrigadas a proteger. No artigo a seguir, Derek Davis, diretor de Estudos entre Igreja e Estado da Universidade de Baylor no Texas e especialista em religião enquanto liberdade fundamental, discute os quatro pilares da liberdade religiosa internacional e como as obrigações dos tratados internacionais poderão ser mais plenamente implementadas.

O SÉCULO XX PRESENCIOU progressos sem precedentes rumo à internacionalização dos direitos humanos religiosos. Realizou-se o Parlamento Mundial das Religiões em Chicago em 1893, como parte da Exposição de Colúmbia, evento esquecido há muito tempo mas importante na história religiosa do mundo. Um princípio fundador da reunião foi que nenhum grupo religioso deverá ser pressionado até sacrificar suas reivindicações de verdade. Em 1944, o Conselho Federal de Igrejas dos Estados Unidos criou a Comissão de Estudo das Bases de uma Paz Justa e Duradoura. A Comissão desenvolveu os "Seis Pilares da Paz", que mesclaram medidas táticas, tais como a "reforma dos tratados globais" e o "controle de estabelecimentos militares", com princípios tais como a "autonomia para crentes" e o "direito dos indivíduos de todas as partes à liberdade religiosa e intelectual". Outro grupo, a Comissão Norte-Americana das Igrejas sobre Questões Internacionais (CCIA), ajudou a promover a inclusão da liber-



Derek H. Davis

dade religiosa na Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948.

Além da Declaração Universal, três outros documentos internacionais significativos foram desenvolvidos no século XX com o propósito de promover princípios de liberdade religiosa: a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966); a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com base na Religião ou Crença (1981); e o Documento Final de Viena (1989). Cada um desses documentos promove a liberdade religiosa ao expor os direitos de tal significado que deverão ser universais. Cada um desses documentos é descrito abaixo.

Os Quatro Pilares da Liberdade Religiosa Internacional

Dos quatro principais documentos internacionais que universalizaram o princípio da

liberdade religiosa no século XX, o mais importante é, de longe, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948. Esse documento histórico reconhece diversos direitos religiosos importantes. O Artigo 18 é o texto principal:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

A Declaração determina vigorosamente que as diferenças religiosas individuais devem ser respeitadas. Ela abraça o princípio político de que um papel fundamental do governo é o de proteger a escolha religiosa, e não ditar a conformidade religiosa. Levou séculos, até milênios, de guerras religiosas e perseguição religiosa para que a maior parte das nações-Estados modernas chegasse a essa posição, mas o princípio é agora amplamente aceito, especialmente no Ocidente. O princípio moderno de liberdade religiosa, através do qual os governos declaram sua neutralidade sobre questões religiosas, permitindo a cada cidadão individual, com base na sua própria dignidade humana, adotar suas crenças religiosas sem medo de represália, é consequência natural do esclarecimento. Ele recebeu reconhecimento universal na Declaração de 1948, sem dúvida o maior marco da evolução da liberdade religiosa internacional.

A Declaração refere-se a um "padrão comum de realização para todos os povos e nações". Escrita logo após os horrores indescritíveis da Segunda Guerra Mundial, ela fornece um padrão através do qual os povos do mundo podem aprender a viver em paz e cooperação. Caso o mundo goze de maior paz no atual milênio que nos anteriores, é possível que os historiadores do futuro olhem para 1948 como o início da nova era de paz, da mesma forma que olhamos agora, por exemplo, para o Edital de Milão de 313 como o início da união constantiniana entre Igreja e Estado, ou 1517 (apresentação das 95 Teses de Martinho Lutero) como o início da Reforma Protestante. Simplesmente não há forma de exagerar o significado da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Embora a Declaração tenha imposto obrigações morais a todas as nações signatárias, documentos posteriores a ampliaram ao criarem obrigações legais de cumprimento dos seus princípios amplos. A Convenção Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966), ratificada até o momento por 144 nações, proíbe a discriminação religiosa, conforme determinado no Artigo 2(1), "sem distinção de nenhum tipo, tal como raça, cor, sexo, idioma, política ou de opinião diferente, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra situação". O Artigo 18 garante os mesmos direitos relacionados no Artigo 18 da Declaração Universal e agrega mais, incluindo o direito dos pais dirigirem a educação religiosa dos seus filhos. O Artigo 20 proíbe o estímulo do ódio contra os demais devido à sua religião e o Artigo 27 protege os membros de minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas para que não lhes seja proibido usufruir da sua própria cultura. Além disso, a Convenção de 1966 fornece definição ampla de

religião que engloba religiões teístas e não teístas, bem como "credos raros e virtualmente desconhecidos".

A Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e de Discriminação com base na Religião ou Crença, adotada em 1981, é outro documento fundamental que protege os direitos religiosos. Os Artigos 1 a 6 proporcionam relação abrangente de direitos relativos à liberdade de pensamento, consciência e religião. Estes incluem o direito de (1) culto ou reunião relativa a uma religião ou crença e estabelecimento e manutenção de lugares com esses propósitos; (2) estabelecer e manter instituições humanitárias ou beneficentes apropriadas; (3) fazer, adquirir e utilizar até um ponto adequado os artigos e materiais necessários e relativos aos rituais ou costumes de uma religião ou crença; (4) escrever, publicar e disseminar publicações relevantes nessas áreas; (5) ensinar religião ou crença em locais apropriados para esses fins; (6) solicitar e receber contribuições financeiras voluntárias e outras de indivíduos e instituições; (7) observar dias de repouso e celebrar dias sagrados e cerimônias de acordo com os preceitos de uma religião ou crença; e (8) estabelecer e manter comunicações com indivíduos e comunidades em questões de religião e crença em nível nacional e internacional.

Por fim, o Documento Final de Viena de 1989 contém disposições similares aos documentos de 1948, 1966 e 1981, exigindo respeito pelas diferenças religiosas, especialmente entre diversas comunidades de fé. As nações participantes concordam especificamente em assegurar "a implementação total e efetiva de pensamento, consciência, religião ou crença".

Esses documentos internacionais estão, na verdade, comprometendo apenas as nações que tomem medidas para dar-lhes situação legal. Em outras palavras, elas não são auto-executáveis. Embora as proteções à liberdade religiosa contidas nos documentos internacionais não possuam efeito de lei, elas já estão moldando a legislação de direitos humanos nas nações participantes e são característica fundamental de uma ordem mundial em desenvolvimento e, esperamos, mais pacífica. Entretanto, no mundo de hoje, a religião ainda é fonte de grande conflito e princípios fundamentais de liberdade religiosa são muitas vezes mais insultados que respeitados. Pode-se fazer mais para aumentar a liberdade religiosa?

Transformação das Obrigações Internacionais em Realidade

A perseguição religiosa continua a ser um problema sério, apesar das medidas significativas tomadas pela comunidade mundial para combatê-la, particularmente desde a Segunda Guerra Mundial, sinal moderado de que as declarações, convenções e outros documentos não se traduzem facilmente em realidade. Acadêmicos destacaram pelo menos quatro áreas nas quais as abordagens institucionais podem ser eficazes no auxílio para tornar a liberdade religiosa não apenas um ideal mundial, mas também uma realidade mundial.

Implementação de tratados. As nações devem levar a sério as disposições de tratados de direitos humanos internacionais, integrando-os em seus próprios sistemas legais. É talvez repetitivo afirmar que a liberdade religiosa no mundo seria uma dádiva se todos os países do

mundo cumprissem com as diversas Convenções e outros documentos que vêm sendo adotados desde a Segunda Guerra Mundial. Isso não reflete o fato de que muitos governos se dão ao luxo de dormir sobre os louros dos ideais que assinaram, enquanto deixam de adotar as ações legais e outras necessárias para torná-las realidade.

Legislação. Os governos em todo o mundo deverão promulgar legislação significativa projetada para conter a perseguição religiosa. Em 1998, o Congresso norte-americano aprovou a Lei da Liberdade Religiosa Internacional. Essa Lei exige um relatório anual preparado pelo Departamento de Estado que determina e descreve as violações de liberdade religiosa em cada país. O Departamento também considera as sugestões de uma Comissão Norte-Americana sobre Liberdade Religiosa Internacional, de nove membros. Com base no relatório anual, o presidente dos Estados Unidos pode impor uma série de penalidades e sanções a países considerados violadores. A legislação é controversa internacionalmente, mas a medida até agora ajudou a causa da liberdade religiosa internacional. A lei não tenta impor o "modo norte-americano" a outras nações. Ao contrário, ela conta com a crença aceita universalmente na dignidade inviolável de todos os seres humanos e nos direitos universais que surgem dessa crença.

Educação. Mais necessita ser feito para conscientizar os povos do mundo sobre o nível impressionante de perseguição religiosa que ainda prevalece em muitas partes do mundo. Mais conferências e simpósios poderão destacar este tema e mais apoio (verbal e monetário) poderá ser fornecido a organizações não-governamentais de direitos humanos, tais como

a Human Rights Watch e a Associação para a Liberdade Religiosa Internacional, que acompanham abusos de direitos humanos em todo o mundo e os relata a governos e outros grupos interessados.

Separação entre Igreja e Estado. Deve haver esforços renovados para aumentar o respeito por todas as instituições políticas, religiosas e sociais para a visão moderna de que os principais interesses da sociedade política estão no incentivo à paz, justiça, igualdade e liberdade, não em fazer avançar a religião. Este é o significado básico da separação entre Igreja e Estado. A tensão óbvia aqui é que, historicamente, a religião vem sendo a base de todas as dimensões da vida, incluindo as políticas. Como observou o eminente quacre William Penn em 1692, "o governo parece ser uma parte da própria religião, algo de sagrado na sua instituição e propósito". Naturalmente, Penn era um notável separacionista entre Igreja e Estado e moveu-se cada vez mais para a visão de que a religião é fundamentalmente uma preocupação pessoal e individual, e que o papel do governo deverá ser a proteção de todas as visões religiosas em vez da defesa de uma. Desde os dias de Penn, os Estados-nações vêm adotando cada vez mais essa perspectiva e os documentos de direitos humanos do século XX fizeram o mesmo. Conforme já sugerido, essa perspectiva necessita ser ensinada por instituições educacionais, através de uma série de currículos que confrontem a interação entre religião e governo no mundo moderno.

Na análise final, nós, como membros da comunidade mundial, devemos a nós e aos nossos descendentes tornar a liberdade religiosa uma liberdade para todos. Não há tarefa mais importante neste início do século XXI.

Questões de Democracia, Volume 6, Número 2, novembro de 2001

Bibliografia

Informações Adicionais sobre Temas de Liberdade Religiosa.

**Bloom, Irene, J. Paul Martin and
Wayne L. Proudfoot, eds.**

Religious Diversity and Human Rights (Diversidade Religiosa e Direitos Humanos). Nova York: Columbia University Press, 1996.

Casanova, Jose

Public Religions in the Modern World (Religiões Públicas no Mundo Moderno). Chicago University Press, 1994.

Eck, Diana L.

"Muslim in America," (Muçulmanos na América), *The Christian Century*, 6 de junho de 2001, vol. 118, nº 18, pág. 20.

Epps, Garrett

To An Unknown God: Religious Freedom on Trial (Rumo a um Deus Desconhecido: A Liberdade Religiosa em Julgamento). Nova York: St. Martin's Press, 2001.

Esposito, John. L.

"Religion and Global Affairs: Political Challenges" (Religião e Temas Globais: Desafios Políticos) in "Symposium: The Impact of Religion on Global Affairs" (Simpósio: Impacto da Religião sobre Temas Globais). *SAIS Review*, vol. 18, nº 2, verão/outono de 1998, pág. 19.

Evans, Bette Novit

Interpreting the Free Exercise of Religion: The Constitution and American Pluralism (Interpretação do Livre Exercício da Religião: A Constituição e o Pluralismo Norte-Americano). Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1997.

Henkin, Louis

The Age of Rights (A Era dos Direitos). Nova York: Columbia University Press, 1990.

Hutson, James H., ed.

Religion and the New Republic: Faith in the Founding of America (Religião e a Nova República: A Fé na Fundação dos Estados Unidos). Lanham and Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2000.

Johnston, Douglas M., Jr.

Religion, The Missing Dimension of Statecraft (Religião, a Dimensão Perdida do Estadismo). Oxford University Press, 1994.

Little, David

"Religion and Global Affairs: Religion and Foreign Policy," (Religião e Temas Globais: Religião e Política Externa) in "Symposium: The Impact of Religion on Global Affairs" (Simpósio: O Impacto da Religião sobre Temas Globais), *SAIS Review*, vol. 18, nº 2, verão/outono de 1998, pág. 25.

Marshall, Paul

"Religion and Global Affairs: Disregarding Religion," (Religião e Temas Globais: Desprezando a Religião) in "Symposium: The Impact of Religion on Global Affairs" (Simpósio: O Impacto da Religião sobre Temas Globais), *SAIS Review*, vol. 18, n° 2, verão/outono de 1998, pág. 13.

Noonan, John Thomas and Edward McGlynn Gaffney

Religious Freedom: History, Cases, and Other Materials on the Interaction of Religion and Government (Liberdade Religiosa: História, Casos e Outros Materiais sobre a Interação entre Religião e Governo). Nova York: Foundation Press, 2001.

Orsi, Robert A., ed.

Gods of the City: Religion and the American Urban Landscape (Deuses da Cidade: Religião e o Panorama Urbano Norte-Americano). Série Religião e América do Norte. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

Rickard, Stephen

"Religion and Global Affairs: Repression and Response" (Religião e Temas Globais: Repercussão e Reação), in "Symposium: The Impact of Religion on Global Affairs" (Simpósio: O Impacto da Religião sobre Temas Globais), *SAIS Review*, vol. 18, n° 2, verão/outono de 1998, pág. 52.

Sullivan, Donna J.

"Gender Equality and Religious Freedom: Toward a Framework for Conflict Resolution" (Igualdade entre os Sexos e Liberdade Religiosa: Rumo a uma Estrutura para a Resolução de Conflitos), *Nova York University Journal of International Law and Politics*, vol. 24, 1992, pág. 795.

Thiemann, Ronald F.

Religion in Public Life: A Dilemma for Democracy (Religião na Vida Pública: um Dilema para a Democracia). Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1996.

Thierstein, Joel and Yahya R. Kamalipour, eds.

Religion, Law and Freedom: a Global Perspective (Religião, Lei e Liberdade: Perspectiva Global). Westport, CT: Praeger, 2000.

Wald, Kenneth D.

Religion and Politics in the United States (Religião, Lei e Liberdade: Perspectiva Global). 3d ed. Washington, D.C.: CQ Press, 1997.

Warner, R. Stephen and Judith G. Wittner, eds.

Gatherings in Diaspora: Religious Communities and the New Immigration (Reuniões na Diáspora: As Comunidades Religiosas e a Nova Imigração). Philadelphia: Temple University Press, 1998.

Witte, John Jr.

"Law, Religion, and Human Right," (Leis, Religião e Direitos Humanos), *Columbia Human Rights Law Review*, vol. 28, 1996, págs. 1-31.

Witte, John, Jr. and Johan D. van der Vyver, eds.

Religious Human Rights in Global Perspective: Legal Perspectives (Direitos Humanos Religiosos em Perspectiva Global: Perspectivas Legais). Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1995.

Young, Michael.

"Religious Liberties and Religious Tolerance: An Agenda for the Future" (Liberdades Religiosas e Tolerância Religiosa: Agenda para o Futuro), *Brigham Young University Law Review*, vol. 4, 1996, págs. 973-87.

Questões de Democracia, Volume 6, Número 2, novembro de 2001

Sites na Internet

Sites na Internet sobre Temas de Liberdade Religiosa

Academic Info: Portal da Religião

<http://www.academicinfo.net/religindex.html>

Diretório independente de links para um universo de sites associados com o estudo e a prática das religiões.

História Norte-Americana da Liberdade Religiosa

http://www.freethought-web.org/ctrl/quotes_liberty.html

História Norte-Americana da Liberdade Religiosa.

A Cláusula das Instituições e as Escolas Públicas

<http://www.aclu.org/issues/religion/pr3.html>

Boletim legal da União das Liberdades Cívicas Norte-Americanas (ACLU) sobre a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos.

Explorando Conflitos Constitucionais: O Livre Exercício da Religião

<http://www.law.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/conlaw/freeexercise.htm>

Explorando Conflitos Constitucionais: Introdução à Cláusula das Instituições

<http://www.law.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/conlaw/estabinto.htm>

Mantido pela Faculdade de Direito de Kansas City da Universidade de Missouri, estes sites foram criados para utilização por estudantes legais e outros interessados na compreensão da Constituição dos Estados Unidos.

FindLaw: Constituição dos Estados Unidos: Primeira Emenda

<http://caselaw.lp.findlaw.com/data/constitution/amendment01/>

Compilação de recursos sobre a Primeira Emenda, inclui uma visão geral, histórias específicas, artigos, análises e interpretações da garantia de liberdade religiosa da Constituição dos Estados Unidos.

Introdução à Teoria da Liberdade Religiosa (ACLU)

http://www.aclu.org/aclu-e/course2_carroll1.html

Lição da União de Liberdades Cívicas Norte-Americanas sobre as principais controvérsias sobre a interpretação da cláusula de livre exercício da Constituição dos Estados Unidos.

Projeto Pluralismo

<http://www.pluralism.org/>

<http://www.pluralism.org/resources/links/index.php>

Desenvolvido pela dra. Diana L. Eck da Universidade de Harvard para estudar e documentar a crescente diversidade religiosa dos Estados Unidos, com visão especial às suas novas comunidades religiosas de imigrantes.

Página de Liberdade Religiosa

<http://religiousfreedom.lib.virginia.edu/>

Coleção de documentos históricos, constituições, leis, decisões judiciais, informações sobre organizações de liberdade religiosa e amplo conjunto de informações pertinentes à exploração da liberdade religiosa em todas as nações, da Faculdade da Universidade de Virgínia.

Religião na Política: Cenário Complicado

<http://pewforum.org/issues/religionpolitics.php3>

Links para discursos e entrevistas de políticos sobre a questão da fé religiosa, do Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública.

Lei de Restauração da Liberdade Religiosa de 1993

<http://www.commonlink.com/~olsen/RELIGION/rfra.html>

Resolução da Assembléia Legislativa dos Estados Unidos "para proteger o livre exercício da religião"

Compilação sobre Diversidade Religiosa da UNESCO MOST

<http://www.unesco.org/most/rrl.htm>

Links para convenções e declarações sobre direitos religiosos, constituições nacionais, artigos de publicações e recursos bibliográficos.

Escritório de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado dos Estados Unidos: Escritório de Liberdade Religiosa Internacional

<http://www.state.gov/g/drl/irf/>

Links para folhas informativas, legislação e edições presentes e arquivadas do Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado.

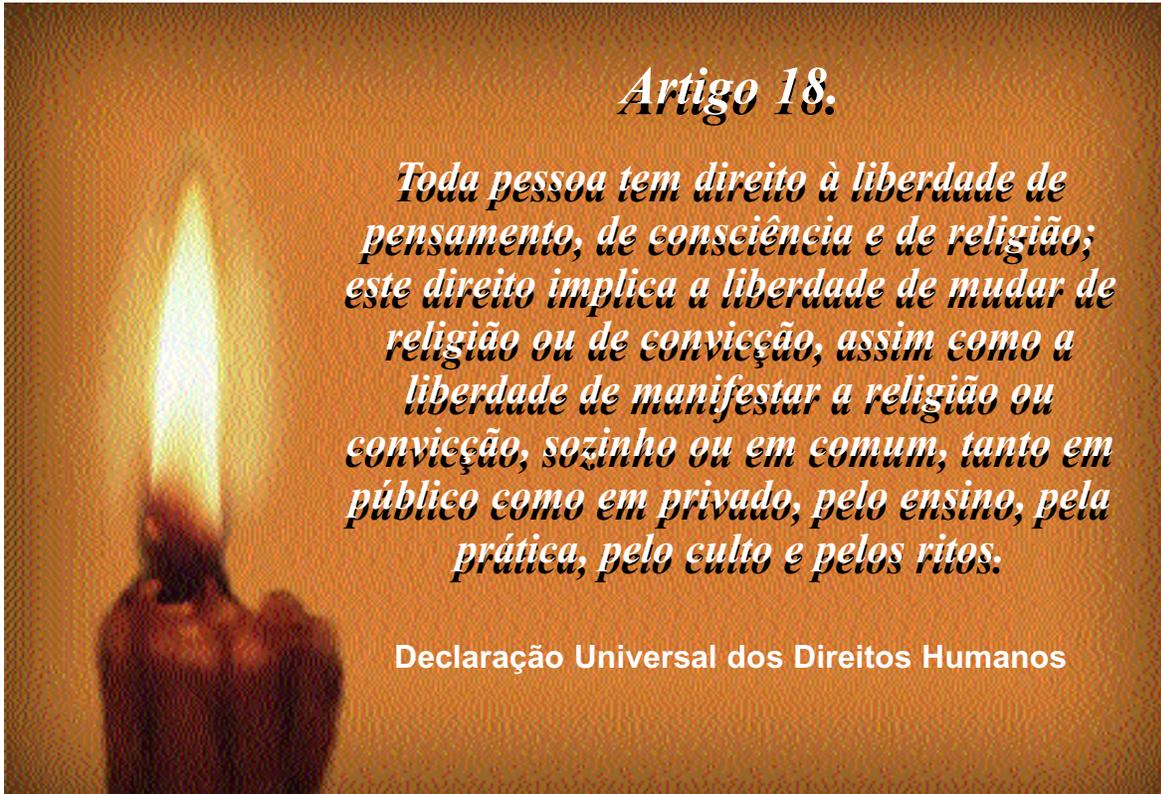
Comissão dos Estados Unidos sobre Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF)

<http://www.uscirf.gov/>

Acesso a relatórios, audiências e testemunhos congressuais, press releases e informações sobre países.

Questões de Democracia, Volume 6, Número 2, novembro de 2001

q u e s t õ e s d e
D e m o c r a c i a



Artigo 18.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

**LIBERDADE RELIGIOSA
COMO
DIREITO HUMANO**

N O V E M B R O D E 2 0 0 1

VOLUME 6 NÚMERO 2